

BREVE ESTUDO DA INFLAÇÃO NO BRASIL: UMA CRÍTICA À ATUAL POLÍTICA MONETÁRIA DO BRASIL¹

Brief Study of Inflation in Brazil: A Criticism of Current Monetary Policy in Brazil

Anderson Nunes de Carvalho Vieira²

RESUMO: O presente estudo busca primeiramente conceituar um dos fenômenos mais estudado nas ciências econômicas que é a inflação. Feito tal conceituação foi realizada uma pesquisa dos principais tipos de inflação e aquelas que estão mais ligadas com o processo inflacionário brasileiro. Com isso foi possível identificar quais os tipos de inflação que afeta a economia brasileira atualmente e quais as políticas que estão sendo adotadas pelo governo para conter o crescimento inflacionário. Posteriormente foi realizada uma abordagem das variáveis causadoras dessas inflações e a constatação da saturação da atual política monetária praticada pelo governo federal. A constatação de tal saturação levou a compreensão de que tais políticas não estão mais realizando uma resolução de problemas inflacionários e sim amenizando e controlando o fenômeno. Por fim foi proposto, através da ótica da escola pós-keynesiana, as principais medidas que o governo poderia adotar para obter resultados mais satisfatórios concernentes ao controle inflacionário.

Palavras-chave: Inflação, Política, Economia.

ABSTRACT: This study seeks first conceptualize one of the most studied phenomena in economics is that inflation. Made such a conceptualization was conducted survey of the main types of inflation and those that are more closely linked with the Brazilian inflationary process. It was then possible to identify which types of inflation that affects the Brazilian economy today and how what policies are being adopted by the government to contain the inflationary growth. Subsequently an approach was made of the variables causing these inflations and finding the saturation current monetary policy practiced by the federal government. The finding of such saturation has led to the understanding that such policies are no longer performing a troubleshooting inflation but mitigating and controlling. Finally it was proposed by the school post Keynesian perspective, the main measures that the government could adopt to obtain more satisfactory results concerning the control of inflation.

Keyword: Inflation, Policy, Economy.

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente é interessante destacar que o problema inflacionário nunca foi e nem será exclusivamente um problema da economia brasileira. Um dos relatos mais antigos que se tem conhecimento sobre a inflação ocorreu no reinado do Imperador Diocleciano no Império Romano, onde ocorreu uma grande elevação nos preços das mercadorias devida à desvalorização dos denários, moeda do Império Romano que eram cunhadas em ouro, mas que estava sendo confeccionada com diversas impurezas. O imperador Diocleciano, não se atentou para tal fato e resolveu promulgar um edito em 301 d.C. que punia com a morte qualquer um que praticasse preços acima dos fixados. Ainda na Idade Média por volta do século XIII, nos reinados de Eduardo II e Eduardo III a inflação na Inglaterra chegou a alcançar níveis de 96% a 300% ao ano, que foi ocasionada pela escassez de alimentos motivada

¹ Trabalho selecionado durante o Encontro Mato-grossense de Economia – ENECOMAT - 2013

² Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Contato: andersonvieira.nunes@hotmail.com

pela Peste Bubônica por volta do século XIII e a Guerra dos Cem Anos (1336 – 1450).

Desde a implantação do Plano Real o povo brasileiro vem mudando seus hábitos de consumo, alimentado por uma economia mais estável e o salário mínimo mais significativo tornando o aumento do consumo inevitável, acarretando com a falta de investimentos por parte das empresas, o aumento dos preços. Nesse período viu-se um bom desempenho no controle da inflação, os aumentos nos fluxos de capitais e os saldos significativos na balança comercial que foram de fundamental importância para a manutenção da estabilidade dos preços.

Tabela 1. Números da Inflação no Brasil de 1980 Até 1998

Anos	Índice Anual (%)
1980	99,27
1981	95,65
1982	104,80
1983	163,99
1984	215,27
1985	242,24
1986	79,65
1987	363,41
1988	980,22
1989	1.972,41
1990	1.620,96
1991	472,69
1992	1.119,09
1993	2.477,15
1994	916,43
1995	22,41
1996	9,56
1997	5,22
1998	1,66

Fonte: IBGE/IPC e IPCA (2005).

É notório que a inflação está estabilizada desde a implantação do Plano Real, porém há de se concordar que nos últimos anos – em especial nos três últimos - a inflação vem fugindo do centro da meta estabelecido pelo governo e tocando o teto da meta. Sem dúvidas que a inflação existente nos anos 80 e início dos anos 90 é incomparável com a inflação verificada após o Plano Real. Sucessivos planos econômicos foram elaborados para conter os índices inflacionários no período, mas nenhum deles foi eficaz para estancar o

processo inflacionário antes de 1994. Conforme a Tabela 1 o Brasil atravessava nesse período um cenário de inflação inercial – conceito que será abordado mais adiante – que corria a economia e o poder de compra do trabalhador.

Em julho de 1999 o governo brasileiro adotou o regime de metas para a inflação, estabelecendo um percentual tolerável para a inflação, criando-se o “centro da meta” e o “teto para a meta”. A aplicação de políticas para alcançar as metas para inflação fica a cargo do Banco Central do Brasil (BACEN), seguindo o índice de preços determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Caso a inflação acumulada durante o ano não fique fora do intervalo de tolerância (teto da meta), a meta é considerada como cumprida. Porém algo que preocupa o governo é o descontrole da inflação do centro da meta, algo que pode ser entendido como possíveis irregularidades inflacionárias que se não forem observadas a fundo pode causar um descontrole na economia.

Porém, conforme demonstrado na Tabela 2, após 13 anos da implantação do Plano de Metas como política para contenção da inflação (via reajustes na taxa básica de juros da economia brasileira) se verifica que apenas em 2000, 2006, 2007 e 2009 que os números do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estiveram abaixo da meta estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Além disso, nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 a inflação extrapolou o teto da meta deixando um ar de insegurança sobre o controle inflacionário no Brasil.

Tabela 2. Dados da inflação no Brasil medidas pelo IPCA de 1999 até 2012

Ano	Meta anual para Inflação (%)	IPCA Inflação Efetiva (%)	Teto para a Meta (%)
1999	8,00	8,94	10,00
2000	6,00	5,97	8,00
2001	4,00	7,67	6,00
2002	3,50	12,53	5,50
2003	3,25	9,30	5,25
2004	3,75	7,60	5,75
2005	4,50	5,69	6,50
2006	4,50	3,14	6,50
2007	4,50	4,46	6,50
2008	4,50	5,90	6,50
2009	4,50	4,31	6,50
2010	4,50	5,91	6,50
2011	4,50	6,50	6,50
2012	4,50	5,84	6,50

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE 2013.

Este cenário pode ser explicado por choques internos e externos, crise energética, incertezas quanto sucessão presidencial de 2002, crise da Argentina, ataques terroristas dos Estados Unidos que levou a depreciação cambial (adicionado com a crise da Argentina). Problemas climáticos fizeram com que alimentos tivessem uma alta de 9,63% no ano de 2001, e os produtos não alimentícios tiveram uma alta de 7,12% segundo o IBGE (2002). Em 2002 as incertezas quanto à sucessão presidencial fizeram o dólar se valorizar 53,2% no ano em relação ao real, no auge da crise de confiança, o risco-país atingiu 2.436 pontos em setembro deste ano conforme BACEN (2003). Já em 2003 e 2004, conforme dados do IBGE (2005), os preços dos alimentos subiram 19,47%, as despesas pessoais 11,30%, a saúde 15,16% e a habitação 10,96%.

Em 2011 a inflação voltou a bater no teto da meta o que leva a crer que pode existir futuramente uma leve tendência de aumento da inflação acima do esperado, considerando-se que a meta estipulada pelo governo foi ultrapassada desde 2010 conforme se verificou na Tabela 2. Esse leve aumento inflacionário é muito discutido por estudiosos das ciências econômicas no tocante as suas causas. Alguns defendem que esse leve aumento se deve a um aumento da demanda baseado na renda da população que melhorou nos últimos anos, pressionando assim o aumento dos preços dos bens e serviços. Por outro lado têm-se aqueles que acreditam que tal aumento é devido à falta de investimentos por parte das indústrias que são desestimuladas para tal devido os sucessivos aumentos nos custos de produção, repassando tal aumento para os preços.

A Escola de Pensamento Econômico Monetarista se apóia na *Teoria Quantitativa da Moeda*³ para dar bases as suas políticas monetárias. Para esta escola, a inflação é causada por um excesso de moeda no mercado ocasionado por políticas monetárias expansionistas por parte do governo, que muitas das vezes leva a um aumento da quantidade de moeda em circulação. Segundo Friedman (1962), a inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário; que o caminho certo para a recuperação econômica saudável é aumentar a taxa de crescimento monetário, para mudar assim a escassez de dinheiro, o chamado dinheiro fácil, isso faria com que as reformas financeiras e econômicas tão necessárias surtisses melhores resultados.

Os defensores do regime de metas de inflação acreditam que ele desempenha basicamente duas funções: serve como elemento de coordenação de expectativas dos agentes econômicos (principalmente aqueles que operam no mercado financeiro), e funciona como mecanismo de transparência para a condução da política monetária, auxiliando na redução das incertezas (LEIDERMAN E SVENSSON, 1995). Para Mishkin (1997), uma alta inflação dificulta a decisão de poupança de longo prazo e de investimento, exacerbando a volatilidade dos preços, e aumentando o risco de financiamento e dos contratos de trabalho. É bem verdade, que o Regime de Metas para a Inflação, praticada pelo BACEN visa única e exclusivamente à estabilidade monetária da economia brasileira, preservando o poder de compra e reserva de valor da moeda, deixando claro que sua exclusividade é de ser o “guardião da

³ **Teoria Quantitativa da Moeda:** Teoria clássica segundo a qual o aumento do meio circulante provoca o aumento geral de preços. Assim, o poder aquisitivo da moeda seria inversamente proporcional ao seu montante em circulação – Sandroni (1999).

moeda” através de políticas monetárias, como os reajustes na taxa de juros. Assim o principal objetivo do Regime de Metas é preservar uma taxa de inflação baixa e estável.

Por outro lado, utilizando-se de uma abordagem teórica baseada nos estudos de Keynes é possível verificar que o emprego de uma política monetária de reajuste das taxas de juros para conter a inflação possui grandes reflexos no hiato do emprego quanto na estagnação da renda. Baseando-se nessa premissa, verifica-se que é através do hiato do emprego e das variações da renda que a inflação pode ser combatida, já que este aumento junto com a estagnação da renda dificulta o repasse da elevação de custos para os preços, restringindo as pressões que venha pelo lado dos custos ou pelo lado inercial, além de combater uma possível inflação de demanda.

Segundo Sicsú (2007), as políticas monetaristas de arrocho fiscal, austeridade monetária de controle dos juros, de câmbio flutuante e volátil são medidas que fizeram o Brasil crescer em média a uma taxa de 2,5% a.a. de 1999 até início de 2007⁴. E conforme o autor nos últimos vinte anos ficou comprovado que tais políticas já estão com seus efeitos esgotados e que a economia brasileira precisa buscar novas alternativas de combate à inflação. É inquestionável que até o momento o controle inflacionário no Brasil, via política de controle da taxa básica de juros medida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), tem demonstrado resultados satisfatórios no que tange a estabilidade da economia monetária do país. Segundo dados que o leitor verá adiante, a SELIC tem-se mostrado eficaz no controle monetário da economia, no entanto a política de aumento dos juros trás inúmeros outros malefícios como a queda na geração de empregos, crescimento da indústria, na renda e conseqüentemente no crescimento e desenvolvimento econômico do país.

Segundo Davidson e Minsky (1994), grandes expoentes da Escola de Pensamento Econômico Pós-Keynesiana, mesmo admitindo que tal política monetária tenha eficácia no controle inflacionário os mesmos não defendem a sua utilização. Eles acreditam que as políticas econômicas devem combater o cerne das causas da inflação, que não necessariamente possui sua origem no aumento da demanda agregada em relação à oferta, e sim num aumento dos custos que são repassados para os preços. Considera-se que no Brasil exista uma inércia dos preços que muitas das vezes é causada pelo repasse do aumento dos custos, principalmente no setor da economia que é oligopolizada, a qual os preços administrados não possuem uma regulamentação governamental causando um desequilíbrio com os preços livres, fica nítido que a economia brasileira não está passando por um processo inflacionário por parte da demanda.

Num olhar keynesiano, a redução da taxa de juros é bem vista, pois é somente numa economia com esse cenário que se poderia obter mais investimentos para que os empresários pudessem investir, gerando mais emprego e elevando a renda, trazendo um maior crescimento da economia. É nesse sentido que existe a luta incessante por parte de empresários para a

⁴ Em seu livro **Emprego, Juros e Câmbio – Finanças Globais e Desemprego**, João Sicsú discute com mais detalhes algumas dessas alternativas para a política monetária, que segundo ele, já se encontra saturada no Brasil

redução da taxa de juros, que segundo os mesmo desestimulam os investimentos e aniquila qualquer expectativa de lucro futuro, considerado o combustível para investimentos empresariais. Pode-se dizer que com a atual taxa de juros praticada pela política monetária do governo os maiores beneficiários são os bancos. Até mesmo o governo se vê refém da própria política, onde com aumento dos juros faz com que se force a redução dos gastos públicos. Deste modo, o trabalho é estruturado da seguinte forma por sete partes, sendo a está introdução a primeira parte; a segunda Referencial Teórico; a terceira a metodologia; quarta o Conceito de inflação e os principais tipos de inflação; quinta a atual causa da inflação via preços livres e administrados; sexta a Solução Pós-Keynesiana; a sétima Conclusões e Referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Por ser um fenômeno de grande relevância no cenário da economia, a inflação é estudada por diversas escolas com diferentes pontos de vista. Na realidade, cada nome dado à inflação reflete a crença do “criador” do nome sobre a causa principal do fenômeno. Baseado nos principais estudos realizados pelas principais escolas econômicas: Clássica, Neoclássica, Keynesiana e Monetária, e através das diversas literaturas sobre o assunto, concluiu-se que as principais teorias sobre a inflação são: inflação de demanda, inflação de custo ou oferta, inflação: estrutural, importada, institucional e psicológica.

Conforme o pensamento das escolas econômicas tradicionais pode-se dividir os estudos sobre inflação em dois grandes tipos: **inflação de demanda** e **inflação de custos**. Segundo Vianna (2003), para a Escola Clássica a inflação de demanda era explicada através da Teoria Quantitativa da Moeda da qual dizia que a velocidade de circulação da moeda era considerada constante e o produto real só dependeria dos fatores de produção e da tecnologia e um aumento nos meios de pagamentos geraria maior poder aquisitivo, aumentando a demanda que conseqüentemente aumentaria o nível dos preços. Os Clássicos não possuíam uma teoria bem formulada sobre a inflação de custos, se limitando aos estudos da Lei de Say, onde “a oferta cria a sua própria demanda”.

Para Teixeira (2002) a teoria de inflação de demanda na Escola Neoclássica não se difere muito das teorias da Escola Clássica, porém foi adicionado à teoria o processo cumulativo e a taxa de juros como sendo uma variável explicativa das variações dos meios de pagamento. Os Neoclássicos assim como os Clássicos tinham a visão de que os meios de pagamentos eram determinados pelo governo enquanto que o produto real da economia era determinado pelos fatores físicos e tecnológicos. Na inflação de custos os Neoclássicos utilizavam-se da microeconomia, mais necessariamente da teoria do preço, onde consideravam a maximização dos lucros das empresas em curto prazo no conceito de Receita Total: $RT = P \cdot q$, sendo **P** (nível de preços) e **q** (quantidade ofertada). Para os Neoclássicos a inflação de custos dependia

das variações na elasticidade-preço do produto e no salário e da variação na produtividade marginal da mão-de-obra.

Na Escola Keynesiana ocorre uma verdadeira revolução ao introduzirem-se na equação de demanda por moeda três influências distintas: a demanda para transação, a demanda para precaução e a demanda para especulação. É através dessa fórmula que Keynes colocou em cheque a Teoria Quantitativa da Moeda Neoclássica e introduziu sua formulação do Princípio da Demanda Efetiva. Na visão keynesiana as causas da inflação estavam ligadas ao aumento da demanda, provocada, por um lado, pelo déficit público e, de outro, pelo endividamento do setor privado (o que pode ser pensado como excesso de demanda, tendo em vista que esse processo de endividamento induziria à inflação). Dessa forma, Keynes reformulou a Teoria Quantitativa da Moeda introduzindo a demanda especulativa na equação monetária e argumentou as falhas da Lei de Say afirmando que era a demanda o fator determinante da oferta e não o contrário. No pensamento keynesiano a “**verdadeira inflação**” é a inflação de demanda, que ocorre através do aumento da demanda efetiva, essa inflação ocorre a partir da linha de pleno emprego (PEDRO JORGE RAMOS VIANNA, 2003).

Ainda conforme Vianna (2003) a Escola Monetarista rompe com os alicerces da teoria keynesiana com o surgimento na década de 1970, em plena crise do petróleo, de um fenômeno econômico até então apelidado de estagflação. O estagflação culminou em um período onde havia uma estagnação econômica e ao mesmo tempo uma elevação dos preços, algo que contrariava os postulados keynesianos da inflação verdadeira e o “hiato inflacionário”. Então baseado nos estudos de Milton Friedman, os monetaristas chegaram às mesmas conclusões das teorias clássicas sobre inflação, porém incluíram a variável população.

Na visão de Lacerda (2006), as escolas econômicas se encontravam muito divididas após o surgimento da estagflação ocorrida no Brasil e neste período as escolas estavam assim embasadas:

Todas as teorias sobre a inflação centravam-se nos fatores aceleradores. Quando buscava descobrir a causa da inflação, uma teoria atinha-se a tentar determinar o que acelerava ou desacelerava a taxa de aumento dos preços. Os monetaristas afirmavam que a inflação era causada (acelerada) pelo aumento da quantidade nominal de moeda acima do aumento da renda, os keynesianos atribuíram-na ao excesso de demanda em relação à oferta agregada; os estruturalistas, a estrangulamentos na oferta e aos efeitos propagadores dos aumentos setoriais de preços; os administrativistas, ao poder monopolista de empresas, sindicatos e do próprio governo, que eram capazes de impor choques constantes de preços, os quais, em seguida, se propagavam para o resto da economia. (LACERDA, 2006. p. 175).

Pelo lado da inflação de custos, a Escola Monetarista postulava no sentido de que um aumento de salários causado por pressão sindical e uma

rigidez de ajuste para baixo têm um efeito altista sobre os níveis de preços. Na visão monetarista existe o grande dilema onde o governo deve optar por usar políticas econômicas fiscais ou monetárias para regular a economia ou deixar que as forças de mercado regulem o comportamento dos agentes macroeconômicos.

2.1. O conceito de inflação e seus principais tipos

Segundo o Dicionário Aurélio (1988) o termo inflação deriva da expressão latina *inflatio* ou *inflatione*, que significa o ato ou efeito de inflar, inchar, encher, expandir, intumescer. Em economia esse termo foi utilizado pela primeira vez pelos economistas ingleses que queriam descrever o aumento exagerado dos preços em um determinado período. Economicamente, define-se inflação como sendo um movimento contínuo e ascendente do nível geral de preços que se associa imediatamente a um processo dinâmico ao longo do tempo.

A inflação pode ser considerada o fenômeno econômico mais estudado e analisado entre todas as escolas econômicas e também considerado alvo de muitas polêmicas e divergências. Atualmente existem cinco fenômenos econômicos causadores da inflação, que deram nome as teorias sobre inflações conhecidas hoje que são: Inflação de Demanda, Inflação de Custo ou Oferta, Inflação (Estrutural, Importada, Institucional e Psicológica).

Com o passar do tempo e com os diversos estudos sobre a inflação, os economistas desenvolveram diversas vertentes e variáveis sobre a inflação como, por exemplo, a **Estagflação** que seria uma forma de diminuição das atividades econômicas combinando inflação, aumento do desemprego e recessão econômica; também a **Hiperinflação** que seria uma inflação acima dos níveis adequados e fora de controle onde ocorre um encarecimento rápido dos produtos, recessão e desvalorização acentuada da moeda; e até mesmo variáveis negativas como a **Deflação** como sendo um processo inverso da inflação onde ocorre uma diminuição dos índices gerais de preços ao consumidor, ou seja, uma queda nos preços e a **Desinflação** que seria a desaceleração do ritmo do aumento dos preços.

É notório que uma inflação fora do controle pode trazer diversos danos à economia de um determinado país. Segundo Teixeira (2002) “[...] A persistência de processos inflacionários comumente implica, dentre outros fatores, a redistribuição perversa de riqueza, redução do nível e alocação ineficiente dos investimentos produtivos”. (TEIXEIRA, 2002. p. 214).

De acordo com Mankiw (2011) vários países passaram por graves processos inflacionários ganhando o status de hiperinflação como a exemplo da Alemanha no pós-guerra, onde o preço do jornal em janeiro de 1921 era de 0,30 marcos e em novembro de 1923 o mesmo jornal chegou a custar os impressionantes 70 milhões de marcos. Apesar dos fatores negativos da inflação alguns estudiosos acreditam que uma economia com um pouco de inflação seria ideal para o equilíbrio econômico. Na visão de Mankiw (2011):

O argumento em favor de uma inflação moderada começa com a observação que cortes nos salários nominais são

raros: as empresas relutam em cortar os salários nominais de seus trabalhadores, e os trabalhadores relutam em aceitar tais cortes. Um corte de 2% no salário, em um mundo com inflação zero, é a mesma coisa que um aumento real de 3% com inflação de 5%; mas os trabalhadores nem sempre têm essa percepção. O corte de 2% no salário pode parecer um insulto, enquanto o aumento de 3%, afinal de contas, ainda representa um aumento. Estudos empíricos confirmam que os salários nominais raramente diminuem. (MANKIW, 2011. p. 81-82).

Conforme Vianna (2003) pode-se caracterizar a inflação em dois grandes grupos: **Inflação de demanda**: é um aumento generalizado de preços motivado pela procura de bens e serviços não encontrando uma oferta que satisfaça o consumo, fazendo com que os empresários aumentem os preços para reequilibrar a economia; **Inflação de custos ou de oferta**: é um aumento generalizado de preços motivado pelo aumento da quantidade ou dos preços de um determinado insumo utilizado na produção de um determinado bem, fazendo com que os empresários repassem os preços para as mercadorias.

A respeito do tema abordado nesse trabalho é interessante caracterizar dois fenômenos existentes no processo inflacionário os quais são: **Inflação Inercial**: é um processo de realimentação da própria inflação, ou seja, uma memória inflacionária passada trará uma expectativa de inflação futura, nas palavras de (SIMMONSEN, 1984 p. 128), “a própria taxa de inflação pode apresentar severos focos de resistência devido a fenômenos de expectativas e de realimentação”; **Inflação Importada**: é um processo de inflação que tem como fato gerador o aumento do nível geral de preços internacionais de produtos importados, aumento do preço das commodities exportadas pelo país ao mercado internacional e a desvalorização cambial.

Vale ressaltar que a inflação importada deve ser levada em consideração observando-se o grau de abertura econômica do país, a balança comercial e a entrada de divisas na economia. Com uma economia muito aberta ao mercado internacional, as variações dos preços internacionais e as desvalorizações cambiais podem gerar inflação interna.

3. METODOLOGIA

O período em análise e de levantamento de dados vai de 2000 até 2012 (observando que nem todos os dados necessariamente seguem essa série histórica), analisando-se a inflação no Brasil após a implantação do Regime de Metas para Inflação, onde será possível realizar estudos básicos, haja vista que o assunto é muito extenso para o referido trabalho, merecendo uma atenção especial do leitor caso queira se aprofundar. As principais variáveis macroeconômicas levantadas foram o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), averiguado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); A Taxa de Câmbio e a Taxa de Juros Básica do Sistema de Liquidação

e Custódia (SELIC), divulgados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Os dados sobre Preços Livres e Administrados junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Foram criadas tabelas para explanar melhor as séries dos dados secundários encontrados nos mencionados órgãos a fim de fazer um melhor apanhado geral da ótica a ser explanada. Os gráficos auxiliaram na visualização das tendências das variáveis macroeconômicas e assim realizar comparações para uma análise mais consistente.

Foi utilizado o método histórico e investigativo para elaborar a contextualização do trabalho, para explanar ao leitor o cenário que a economia brasileira atravessa atualmente, reforçando assim a relevância do trabalho no que tange a instigar estudos futuros sobre o tema abordado.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. A atual causa da inflação: Os preços administrados e a desvalorização cambial

Os dados econômicos mostram que está em curso uma forte revisão do cenário decorrente da piora da relação entre crescimento e inflação. Aos poucos a inflação vem crescendo, corroendo o poder aquisitivo do cidadão e utilizando-se o IPCA, como índice oficial utilizado pelo governo pode-se verificar as suas oscilações entre o centro e o teto da meta para a inflação em cada período de ano – conforme a figura 1.

Logicamente que o BACEN possui a política de dois pontos percentuais para mais (o chamado teto da meta), mas é possível verificar que mesmo com a estipulação do “teto da meta”, a IPCA em 2011 bateu no teto da meta chegando aos 6,50% a.a.

Segundo dados do IPEA (2013), até junho de 2012 a capacidade instalada da indústria brasileira girava em torno de 81,9% indicando que a indústria brasileira possui uma possibilidade de ampliação da produção sem que haja a realização de investimentos que elevariam a capacidade instalada no setor. Isto em tese comprova que não havendo a necessidade de investimentos na capacidade instalada as empresas não precisariam adquirir novos empréstimos e financiamentos para aumentar o parque produtivo e com isso pode-se constatar que a oferta de bens e serviços pode acompanhar a demanda sem que haja um processo inflacionário por parte da demanda.

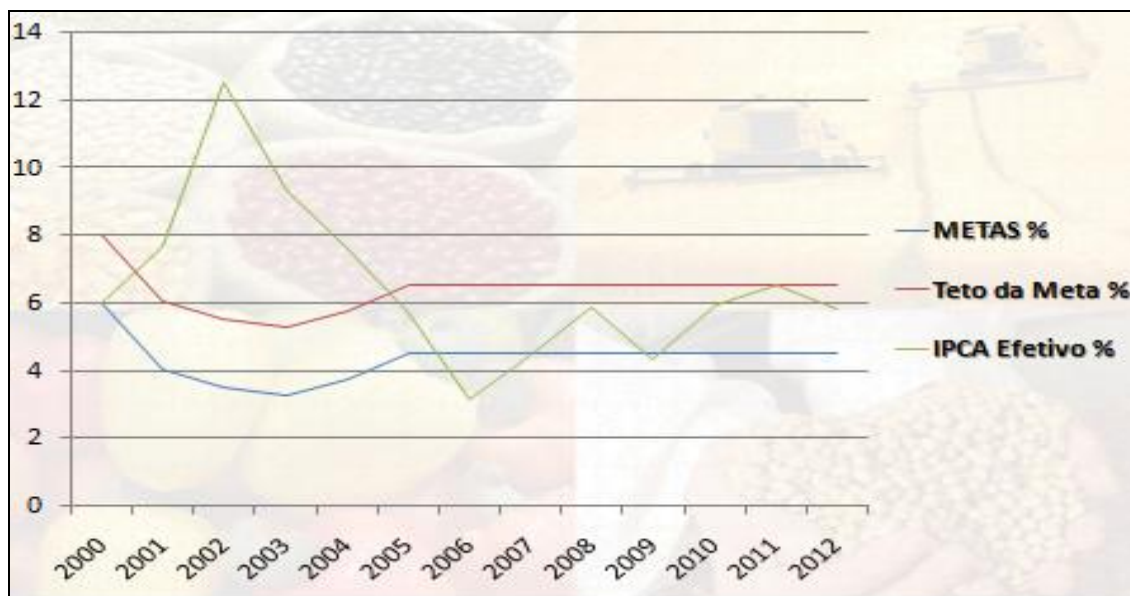


Figura 1. Oscilações do IPCA entre o centro da meta e o teto da meta
 Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2013).

Se considerarmos então que o Brasil não está atravessando um processo inflacionário por parte da demanda, então qual inflação o Brasil enfrenta? Para Sicsú e Oreiro (2003) o Brasil nitidamente está passando por um processo inflacionário incidente sobre os preços administrados, via contratos e poder de oligopólio, o que no Brasil está gerando a inflação importada (via desvalorizações cambiais) e a inflação inercial (via preços administrados).

Ainda nas palavras de Sicsú e Oreiro (2003) o Brasil não possui nenhum motivo para que a taxa de juros seja tão elevada. Do ponto de vista econômico não existe nenhum motivo. Acredita-se que seja uma disputa de poder na sociedade, ou seja, uma disputa do orçamento. Esses orçamentos, com taxas de juros tão elevadas, só beneficiam a banqueiros e financiadoras. E o maior responsável pela inflação atual é os preços administrados praticados por empresas dos setores monopolista e oligopolista que muitas das vezes é concessões do próprio governo.

Segundo o BACEN (2010) os preços administrados referem-se aos preços que são insensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público. Os preços administrados estão divididos nos seguintes grupos: os que são regulados em nível federal – pelo próprio governo federal ou por agências reguladoras federais – e os que são determinados por governos estaduais ou municipais. No primeiro grupo, estão incluídos os preços de serviços telefônicos, derivados de petróleo (gasolina, gás de cozinha, óleo para motores), eletricidade e planos de saúde. Os preços controlados por governos regionais incluem a taxa de água e esgoto, o Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a maioria das tarifas de transporte público, como ônibus municipais e serviços ferroviários. Ainda conforme o BACEN os preços da energia elétrica e dos serviços telefônicos são regulados por contratos de concessão preestabelecidos entre o governo federal e as

empresas que fornecem esses serviços para os consumidores. Até 2005, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) servia como referência para o reajuste das tarifas de telefonia fixa, que em janeiro de 2006 passaram a ser corrigidas pelo Índice de Serviços de Telecomunicação (IST), composto por uma combinação de outros índices, dentre eles: IPCA, INPC, IGP-DI e IGP-M.

Conforme a figura 2 verifica-se que os preços administrados estão bem superiores aos preços livres e aos índices inflacionários – no período de 1999/12 a 2005/12.

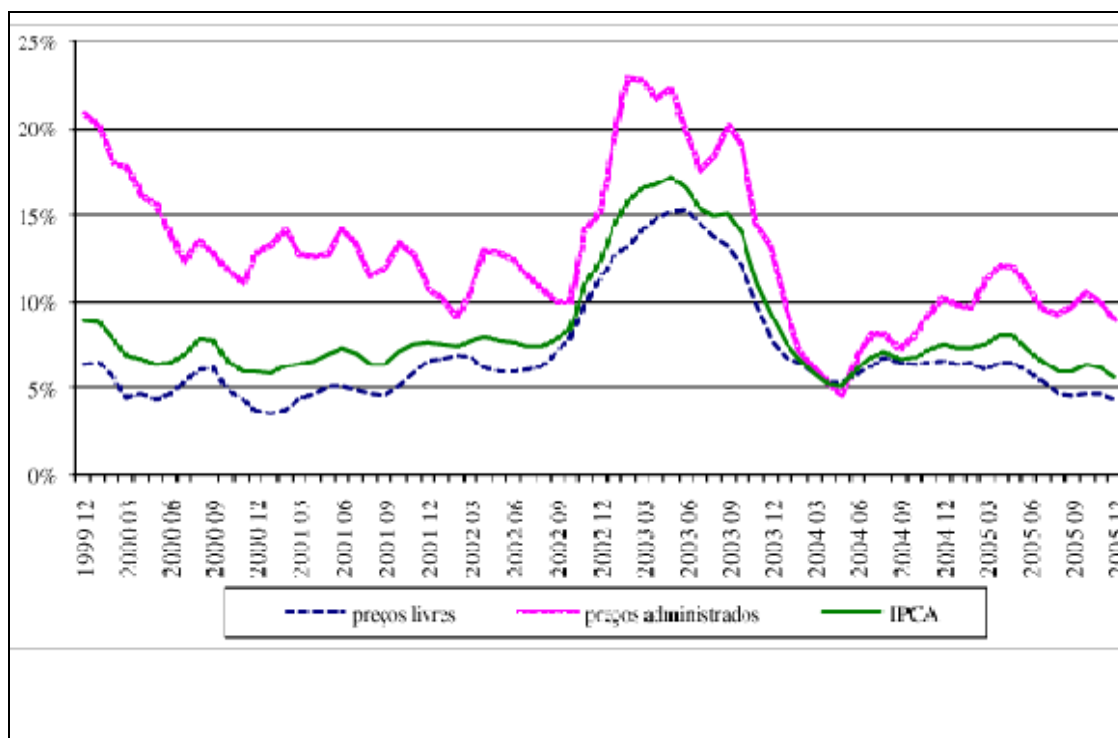


Figura 2 - Preços Livres e Administrados X IPCA – Relação dos preços na economia brasileira de dezembro de 1999 até dezembro de 2005.

Fonte: IPEA (2007).

Outro fator que contribui para o aumento inflacionário nos últimos anos é a desvalorização cambial, gerando a inflação importada. No gráfico 1 se verifica que as variações na taxa de câmbio vêm despencando ao longo dos anos, causando desvalorizações acentuadas que geralmente levam a grandes impactos nos índices de preço e na inflação, fazendo com que elevações no IPCA acompanhem as desvalorizações cambiais.

Esse tipo de inflação é muito complicado de se combater com políticas monetárias internas, haja vista que normalmente são inflações externas que afetam as variáveis macroeconômicas internas. As crises da economia externa num mercado globalizado e com um cenário recheado de desvalorizações cambiais consecutivas inviabiliza qualquer tipo de política monetária.

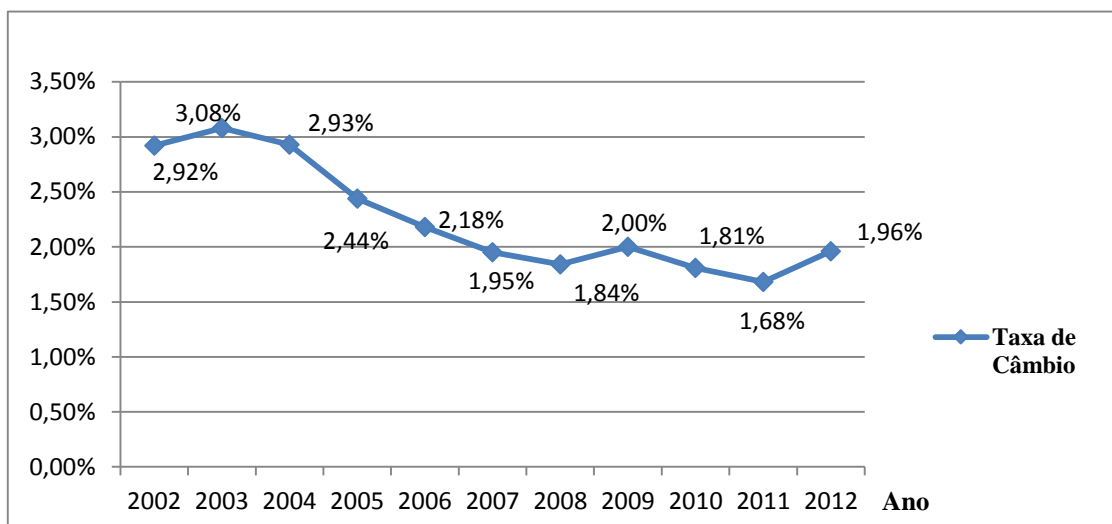


Gráfico 1. Taxa de Câmbio do Dólar Comercial medida pelo BACEN de 2002 até 2012
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do BACEN (2013).

4.2. A alternativa Pós-Keynesiana para o caso inflacionário do Brasil

Como dito anteriormente, é fato inegável que a política monetária ortodoxa de contenção dos índices inflacionários via reajustes na taxa básica de juros e a política de metas estabelecidas pelo COPOM e perseguida pelo BACEN para tais índices tem surtido efeitos positivos para a estabilização monetária do país. Também não há o que se discutir que desde a reforma do Plano Real a inflação está sobre controle, considerando-se os tetos para a meta, sendo assim possível uma estabilização monetária com efeitos significativos no curto prazo.

No entanto há de se destacar na visão de Sicsú (2003) que tal política além de se encontrar saturada, pode estar causando a desaceleração do crescimento e desenvolvimento econômico que se verifica na economia brasileira atualmente. Consideraram-se a inflação como sendo um fenômeno monetário na economia, então se pode concordar com o pensamento dos pós-keynesianos Davidson e Minsky (1994) onde “sendo a luta social relativa à estrutura existente de distribuição de renda” (DAVIDSON e MINSKY, 1994 p. 132).

Tal política controle inflacionário através de reajustes na taxa básica de juros afeta diretamente o crescimento da economia com o aumento do desestímulo por parte do empresariado em investir. Com a redução dos investimentos e das expectativas de lucros futuros por parte dos empresários o desemprego irá aumentar, e menos empregos na economia é sinal de decréscimo econômico, redução da renda, da arrecadação de impostos, de aumento de gastos públicos (com pagamento de seguro desemprego e bolsas sociais), gerando uma economia em recessão e crise.

Portanto, um dos resultados que o Regime de Metas de Inflação pode ocasionar no longo prazo é a manutenção da economia em recessão com altas taxas de desemprego e baixos níveis de renda. Como diria Davidson:

“(...) as políticas ortodoxas antiinflacionárias são orientadas no sentido de manter elevado grau de desemprego suficiente para restringir demandas salariais inflacionárias de trabalhadores e aumentos das margens de lucro das firmas” (DAVIDSON e MINSKY, 1994, pg. 146).

É bem notório que o aumento dos juros reduz não só a demanda na economia com também atrai capitais externos para o país. A entrada de tais capitais faz com que a inflação importada reduza, porém essa política aprofunda o problema no longo prazo, já que pode elevar o déficit externo aumentando a probabilidade de uma crise cambial.

Mesmo com a redução da Taxa SELIC ao longo dos anos, segundo Sicsú (2007) o Brasil ainda possui uma taxa de juros muito alta para um país que objetiva um crescimento e desenvolvimento econômico de destaque no cenário mundial. Conforme na figura abaixo, o Brasil está na 4ª colocação das maiores taxas de juros, algo que já foi pior, pois até 2008 o Brasil ocupava a 1ª posição.



Figura 3. Ranking das 15 maiores taxas de juros do mundo

Fonte: Austing Rating e o ranking das maiores Taxas de Juros dos Bancos Centrais dos Países (2013).

Baseada na proposta Pós-Keynesiana, o Brasil não está passando por uma inflação de demanda e por isso seria inviável uma política de combate à inflação via política monetária de reajuste da taxa de juros. Na realidade a proposta Pós-Keynesiana tem como alvo o foco principal do fato gerador da inflação, que no caso brasileiro seria o controle dos preços administrados (que

muita das vezes é realizada por contratos ou concessões por parte do governo). Conforme Sicsú (2007) o Regime de Metas de Inflação no Brasil só atua nos sintomas da inflação recente e não em suas causas, conseqüentemente torna-se necessário que tais políticas sejam renovadas constantemente para manter a estabilidade monetária.

A proposta pós-keynesiana considera, de suma importância, que o governo controle os preços administrados da economia, quando estes tendem a aumentarem, o governo deverá desonerar os impostos do setor, para que com isso, os preços não venham a ser repassados para as mercadorias e serviços, evitando a inflação de custos. Com a retomada do equilíbrio dos preços, o governo pode suspender a desoneração dos impostos e assim voltar a arrecadar sem trazer prejuízos para a economia. Outro setor que merece atenção por parte do governo concernente ao processo inflacionário é o mercado oligopolizado, onde tal mercado possui uma característica peculiar de reajustar preços da forma como lhes convém. Cabe ao governo incentivar a concorrência e a competitividade em tais setores para reduzir assim os preços manipulados por tais setores.

Com tudo podemos elencar as principais medidas não monetárias que atingem o cerne do fato gerador da inflação proposta pela escola pós-keynesiana:

- Redução da Taxa Básica de Juros para que haja maiores investimentos por parte dos empresários para o aumento do emprego e da renda na economia, gerando expectativas positivas de longo prazo;
- Controle dos preços administrados (contratos e concessões) pelo governo, no aumento dos preços o governo deve reduzir os impostos para não haver repasse dos preços para as mercadorias e serviços, evitando assim a inflação de custos;
- Incentivos para a concorrência e para a competitividade nos setores oligopolizados, evitando-se assim os preços manipulados e indexados que fazem com que aumente as pressões inflacionárias sobre os preços livres;
- Criação de uma taxa de câmbio competitiva com as exportações, que seja estável para que possa ser administrada de forma a não trazer a inflação importada para dentro da economia do país. Fato que deve ser realizado pelo BACEN, com o acúmulo de divisas e com o controle de capital especulativo na economia.

É interessante ressaltar que a escola pós-keynesiana não é contrária a criação de metas para a inflação e tão pouco por uma maior autonomia dos Bancos Centrais, porém a mesma acredita que as políticas monetárias atuais não surtem efeitos no longo prazo justamente por possuírem a característica de adotar as chamadas “medidas paliativas” para a economia concernente a inflação. A escola acredita que atingindo a raiz da inflação haverá uma estabilidade monetária que não venha reduzir o crescimento e desenvolvimento econômico, garantindo uma economia saudável no longo prazo, e com isso o governo poderá utilizar as políticas monetárias para estimular setores com

maiores gargalos na economia.

Por fim, nas palavras de Sicsú (2007) “juro nunca gerou e nunca irá gerar crescimento e desenvolvimento econômico, pagamento de juros não gera riqueza, não produz investimentos e em lugar nenhum trouxe crescimento e desenvolvimento econômico”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o intuito de demonstrar que as políticas monetárias por parte do governo se tornaram administradoras de inflação e não mais instrumentos de combate à inflação. Tais políticas vêm ao longo dos anos dificultando a geração de emprego, o aumento da renda, dos investimentos na economia, algo que pode ser comprovado com o chamado “PIBinho”⁵ que a economia brasileira vem auferindo nesses últimos anos. Tentou-se demonstrar que as políticas monetárias não atacam a raiz do problema inflacionário e sim pratica a política de “apagar incêndios” trazendo uma falsa sensação de controle inflacionário no curto prazo.

Teve também como objetivo demonstrar, mesmo que sucintamente, que a ótica vista pelos monetaristas e pelo governo sobre a inflação que afeta a economia brasileira não condiz com o que realmente vem acontecendo. Enquanto se pratica uma política de aumento dos juros para tentar reduzir o crescimento inflacionário (acreditando que esse é ocasionado por excesso de demanda), o presente trabalho tentou alertar que o as inflações a serem combatida são as inflações importada (desvalorizações cambiais) e inercial (preços administrados).

Focalizou-se também a preocupação que se o governo deve ter no tocante aos preços administrados como sendo um dos principais causadores dos aumentos inflacionários nos últimos anos, como bem se verificou na figura 2. Questionou-se também uma melhor atenção por parte do governo nos setores formadores de preço na economia, o setor oligopolizado, onde a manipulação dos preços livres só poderá ser controlada com o incentivo à competitividade e concorrência em tais setores. Foi abordado a causas e conseqüências que a inflação importada tem sobre a economia interna e quais fatores levam para o surgimento de tal fenômeno.

O governo aumenta a taxas de juros para encarecer o valor do dinheiro, ou seja, os empréstimos e financiamentos se tornam mais caros e com isso a procura por dinheiro tende a cair, caindo com isso o consumo, fazendo com que a inflação retraia. Será? É muito estranho praticar uma política de redução de preços aumentando o preço do dinheiro. Mas estranho ainda é o governo praticar uma política monetária de reajuste de juros (achando que é inflação de demanda) sabendo que o país atravessa um período de desindustrialização (comprovando que é inflação de custos o problema da economia).

Com uma inflação de custos (o preço dos fatores de produção, dos

⁵ **PIBinho:** Foi um termo pejorativo adotado por economistas e políticos da oposição ao governo atual sobre o crescimento pífo que a economia brasileira obteve em 2012 com um PIB de 0,9% ao ano.

insumos e matéria-prima) se tornam mais caro, e com uma taxa de juros alta faz com que empresários e produtores percam as suas expectativas de longo prazo, deixando de investir, gerando com isso – queda do lucro – desemprego – redução da renda – desindustrialização – queda na arrecadação pública – queda do PIB – queda do crescimento e desenvolvimento econômico.

Na realidade, a tal política de juros só está apagando o “fogo” da inflação no curto prazo, e pior, deixando “brasas acessas” pra trás. Com a tal política todos os agregados macroeconômicos citados experimentam uma queda grotesca, menos os preços. Hoje no Brasil o preço está mais dependente dos custos de produção e dos juros do que propriamente do aumento da demanda.

Por fim, foi abordado através da ótica da escola pós-keynesiana, quais seriam as principais medidas, para o caso da inflação brasileira, a serem adotadas para que a inflação possa ser controlada em seu nascedouro. É muito importante considerar, para que o Brasil possa resgatar e aplicar tais medidas econômicas é necessário que a dívida pública (principalmente a dívida interna) esteja sobre controle, para que o governo possa obter melhores êxitos com os instrumentos de política monetária e fiscal. Conclui-se esse trabalho como uma forma de inspiração para futuras pesquisas, admitindo que somente com políticas monetárias ortodoxas, o Brasil não conseguirá o crescimento e desenvolvimento que espera.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, CARLOS ROBERTO VIEIRA. **História do pensamento econômico: Uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1988.

AUSTING RATING e o ranking **das maiores Taxas de Juros dos Bancos Centrais dos Países em 2013**. Disponível em: http://www.portaintc.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52821&catid=66. Acesso em 13 jul. 2013.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Dez Anos de Metas para a Inflação: 1999-2009**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2011.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Histórico de metas para a inflação no Brasil**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>. Acesso em: 12 de jul. 2013.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Publicações de Taxas de Câmbio**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpeq.asp?id=txcotacao>. Acesso em: 12 de jul. 2013.

DICIONÁRIO AURÉLIO, **Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IPCA - índice geral e grupos de produtos e serviços (% ac.a.)**. Disponível em: http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=11. Acesso

em 08 de ago. 2013.

LACERDA, ANTÔNIO CORREA DE. et al. **Economia Brasileira**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

MANKIW, NICHOLAS GREGORY. **Macroeconomia**. 7ª Edição. São Paulo: LTC, 2011.

PORTAL BRASIL – BACEN, Banco Central do Brasil. **Taxa SELIC**. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/indices_selic.htm>. Acesso em 13 de jul. 2013.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SICSÚ, João. **Emprego, juros e Câmbio: Finanças Globais e Desemprego**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SICSÚ, João. OREIRO, José Luiz. Agenda Brasil: **Políticas Econômicas para o crescimento com estabilidade de preços**. São Paulo: Manole, 2003.

TEIXEIRA, Ernani. **Economia monetária: A macroeconomia no contexto monetário**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Inflação**. Barueri, SP: Manole, 2003. Renda de trabalho assalariado entre 01 e 40 salários mínimos mensais.